

Regimes de espaço¹

Eric Landowski

Resumo: Baseada num modelo geral da interação, a presente análise tenta dar conta da diversidade dos modos de apreensão do espaço no plano da experiência vivida. Ela conduz à definição de quatro configurações que correspondem a outros tantos regimes de relação com o mundo. O espaço *convencional* da circulação dos valores toma a forma de uma *rede* encarnada hoje pela Internet. O espaço *operacional* do domínio sobre as coisas é o do manejo dos objetos num ambiente material visto como um *tecido* de relações estáveis e inteligíveis. O espaço *experimentado* do movimento dos corpos, ao qual se pode dar como emblema a *voluta*, traduz a dinâmica das relações sensíveis entre si e o outro. O espaço *existencial* é aquele da nossa presença num universo sem limites que ninguém pode, propriamente falando, se representar mas que nem por isso deixa de sustentar a arte e o pensamento: sua figura é o *abismo*.

Palavras-chave: abismo; espaço; rede; tecido; voluta

Abstract: *Space Regimes* - Based on a general model of interaction, the present analysis attempts to account for the diversity of the ways space may be apprehended in lived experience. It leads to the definition of four configurations that correspond to as many regimes of relation with the environing world. The *conventional* space of the circulation of values takes the archetypical shape of the *net* (incarnated today by Internet). The *operational* space is that of our dealing with objects within a material environment seen as a *tissue* of stable and intelligible relations. The *experienced* space of bodies' movement, to which one may give as an emblem the *spiral*, expresses the dynamics of sensitive relationships between the self and the other. The *existential* space is that of our presence in a universe without boundaries, which no one can properly represent oneself but that nonetheless haunts art and thought: its figure is the *abyss*.

Keywords: abyss; space; net; tissue; spiral.

¹ Versão revisada e abreviada (março de 2015) de "Régimes d'espace", *Actes Sémiotiques*, 113, 2010 (<http://epublications.unilim.fr/revues/as/1743>). Tradução de Luiza Silva.

Prólogo

O tecido

É o mundo fechado, saturado e reconfortante, da contiguidade das coisas entre si, aquilo que deleita o olhar dos que namoram as vitrines no seu passeio dominical, prontos para se maravilharem a cada passo pelo que se apresenta paulatinamente ao longo de seu caminho ou, mais prosaicamente ainda, ao longo da cadeia linear de prateleiras nos supermercados.

Mas quando, na superfície, tudo se toca, há grandes chances de que, ao mesmo tempo, na massa, tudo se sustente organicamente ou mecanicamente como em um relógio. Ou uma fechadura: “Tire o pomo e o trinco se abrirá”. Ou um castelo de cartas. Tire uma apenas e, pouco a pouco, tudo virá abaixo. Efeitos previsíveis. Segundo a mesma lógica, sabe-se que, por efeito dominó, um bater de asas (de borboleta) pode transformar todo o universo. Basta conhecer-lhe as leis.

A voluta

Como as configurações efêmeras que florescem sob a batuta do maestro da orquestra ou como o enovelar-se dos passos do touro e do toureiro – ou ainda, sobre o fundo do céu azul, como o vôo giratório das andorinhas – constelações giram sobre si mesmas, até singularidades dinâmicas configurarem-se por ajustamento entre formas em movimento, autônomas mas afins.

E em torno desses turbilhões que não se deixam ver senão sob o risco de sentir a si mesmo como arrebatado por seu elã, o resto do mundo, com pouco sabor, por comparação.

O abismo

À frente, “sempre recomeçado”, o mar. O horizonte. E atrás, como um rumor confuso, todo um continente. – Ao contrário do mundo bem circunscrito e saturado do passeador do domingo ou do relojoeiro, um universo sem limite, e quase vazio. Um vazio que, não sendo o de distâncias a percorrer para chegar à destinação (como o será para o mensageiro ou o comerciante), impõe-se como a mais paradoxal das presenças. Uma presença por definição irrepresentável.

E, no entanto, Turner, os rolos chineses, ou, de Caspar David Friedrich, *O Caminhante sobre o mar de névoa*.

A rede

“Todos os caminhos levam a Roma”. É o mundo da comunicação e especialmente do comércio. A terra se assemelha a um mapa: um canteiro de pontos (de portos, de estações,

de mercados, de nós informáticos) interconectados por linhas ao longo das quais circulam apressadamente informações e bens – valores –, mercadorias ou mensagens.

Sua troca supõe entre expedidores e receptores uma distância que os separa. Uma pura distância, transparente e quase abstrata, sem rosto – sem paisagem – porque a lógica do sistema tende a anulá-la enquanto extensão física, reduzindo-a a uma medida de tempo, aquela do tempo necessário para ir do ponto *ab quo* ao ponto *ad quem*, em função da velocidade.

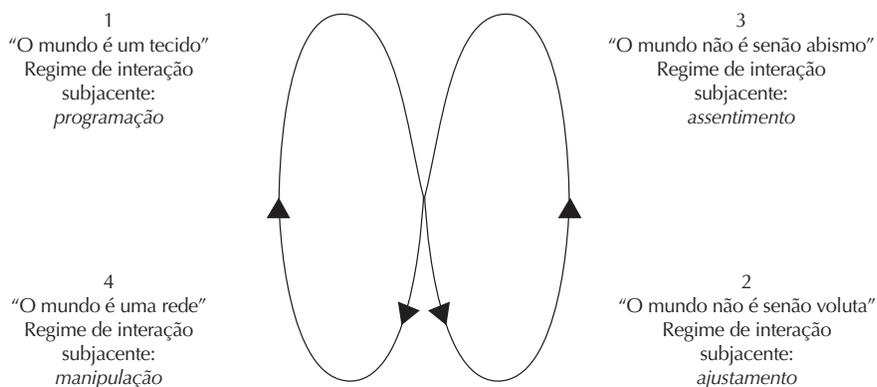
Hipótese

Nem o caminhante, nem o comerciante e, muito menos ainda, o pintor ou o maestro de orquestra falam de “espaço”. Essa palavra designa um conceito demasiadamente abstrato para ser-lhes verdadeiramente útil. Quase não faz parte de seu vocabulário. (E nós mesmos, não a tomaremos aqui a não ser, na maior parte dos casos, entre aspas, quase como um indefinido). Porém, cada um deles, através do tipo de *uso do mundo* que privilegia², cria seu próprio espaço e concretiza uma variante possível desse conceito.

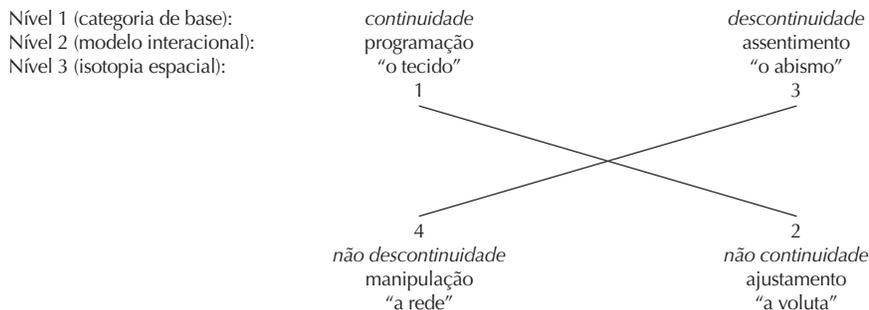
E a julgar pelos esboços acima, essas variantes são muito heterogêneas, como se cada um dos que as produzem habitasse um mundo diferente. Ou, mesmo que o mundo seja ontologicamente *um*, como se não houvesse restrição alguma às maneiras de apreendê-lo, e, por consequência, à diversidade dos mundos que podemos construir em função de nossas respectivas culturas ou de nossos centros de interesse na vida. Se fosse assim, não teria razão alguma de limitar-se às quatro possibilidades apenas evocadas, e precisamente àquelas e não outras, nas quais, com mais imaginação ou saber antropológico, poder-se-ia pensar. Mas, no oposto, tentaremos precisamente mostrar que, sob a aparência de um catálogo arbitrário, se trata de maneiras de configurar e de viver o espaço que se alicerçam numa base comum e que, conseqüentemente, sendo interdefiníveis, formam um todo suficientemente coerente para permitir-nos entender como elas dialogam entre si através de suas diferenças.

Para tal, recorreremos a um modelo de alcance geral que construímos com o objetivo de dar conta da diversidade dos regimes de sentido subjacentes à pluralidade dos regimes de interação concebíveis entre o mundo e os sujeitos. Hipoteticamente, ordenaremos as quatro variantes já esboçadas distribuindo-as da maneira seguinte entre os postos desse modelo:

² Segundo a expressão do escritor Nicolas Bouvier (1963), autor de relatos de viagem.



Observar-se-á que, entre as denominações escolhidas para designar os regimes de interação assim postos em relação, somente a de "ajustamento" e, a rigor, a de "manipulação" (na condição de tomar essa palavra em seu sentido literal de "manobra"), evocam a ideia de relações dinâmicas entre elementos situados no espaço. Ao contrário, o termo "programação" evoca um ordenamento de operações escalonadas no tempo, e o de "assentimento" uma atitude de ordem psicológica ou moral face ao que acontece, também no tempo. Mas, com seu caráter um tanto metafórico, essas denominações mascaram a categoria elementar, apta a abranger articulações tanto espaciais quanto temporais, que nos serviu de ponto de partida. Essa categoria é a que opõe o *contínuo* ao *descontínuo*. Embora seja possível considerá-la como um "indefinível" (Greimas a coloca no "inventário epistemológico"¹), ela dá lugar, no plano aspectual, a uma infinita variedade de ordenamentos "temporalizados", e também – ou em primeiro lugar – a toda espécie de figuras "espacializadas". Não há, portanto, que se espantar pelo fato de que, assim alicerçado, esse modelo se aplique "como uma luva" a uma problemática dos espaços vividos: os variantes colocados entre aspas no esquema precedente como naquele que segue apenas traduzem em superfície, sobre a *isotopia espacial*, os termos da *categoria de base* que fornece a armadura do *modelo interacional* no seu conjunto:



¹ Cf. A.J. Greimas e J. Courtés (1985), verbete "Contínuo".

Resta mostrar, para cada uma dessas posições, por quais mediações se passa de um a outro nível e como aquilo que, em profundidade, não é senão virtualidade se concretiza e se especifica ao manifestar-se em superfície.

A Rede

Começamos pelo fim, a posição 4, ou seja, a “rede” e o regime subjacente, a “manipulação”. Na metalinguagem semiótica, esse vocábulo tem uma acepção técnica que se distingue dos usos mais correntes: em termos de gramática narrativa, “manipular” não é nem manejar fisicamente as coisas nem dispor indelicadamente das pessoas. É “fazer fazer”. É agir, eu sujeito-“manipulador”, de tal maneira que outro sujeito, enquanto “manipulado”, seja levado, de bom ou mau grado, a agir em conformidade com o que eu desejo. Devo, portanto, dar-lhe razões suficientes para que resolva me dar satisfação, ou seja, devo fazê-lo *saber*, ou *crer* *x* a fim de fazê-lo *querer* ou *dever* fazer *y*. É necessário, em outras palavras, “conjungi-lo” com “valores modais” adequados. Ora, toda comunicação de valores, como qualquer transferência de objeto entre sujeitos pressupõe a existência de um *espaço*.

Há, portanto – e é aonde queremos chegar – um “espaço” imanente à sintaxe manipulatória. Mas esse espaço é tudo o que há de mais evanescente. Não se constitui senão como o pressuposto lógico das operações “juntivas” pelas quais, ao intercambiar valores, os sujeitos transformam reciprocamente suas competências ou seus estados. Esse “espaço” não é nada mais que a distância necessária entre duas posições para que qualquer coisa possa transitar de uma a outra. Ele é somente o “branco” que, numa rede de comunicação, separa os atores ao mesmo tempo que os põe em relação pela troca de mensagens ou de objetos quaisquer. Não possui, portanto, consistência palpável alguma e não se pode, conseqüentemente, defini-lo senão negativamente, como a negação de uma descontinuidade pressuposta ou, o que dá no mesmo, como a afirmação de uma *não-descontinuidade*.

O chamá-lo-emos *o espaço convencional da circulação dos valores*.

Se ele existe, é de fato por convenção. Primeiramente por convenção entre nós, semioticistas, uma vez que o que o constitui é a escolha epistemológica de dar conta do sentido a partir de uma modelização que repousa sobre a ideia de junção entre sujeitos e objetos, opção fundadora da gramática narrativa, versão *standard*.

Mas esse espaço paradoxal, sem volume nem matéria, apresenta grandes semelhanças com outro espaço de convenção, que, embora não seja mais carregado de substância que nossos modelos gramaticais, transformou-se em apenas algumas décadas no mais pregnante, o mais querido, o mais “real” de todos os entornos cotidianos: o estranho “espaço” da Rede Internet. Até ele se tornar, segundo alguns sociólogos, o novo “*bios*” no qual, nós “pós-modernos”, estaríamos destinados a viver. Mas ao preço de que mutações na nossa maneira de ser-no-mundo?

Até há pouco, os sistemas de comunicação deixavam ver, sob a forma de inumeráveis infraestruturas, a imensidade do esforço e a quantidade enorme de equipamentos necessários para unir eficazmente um ponto qualquer da terra a um outro: grandes caminhos reais de outrora, hoje transformados em autopistas com postos de serviço e barreiras de pedágio, fios e postes telegráficos ou telefônicos plantados como que servindo para medir a distância a percorrer de uma cidade a outra, antenas hertzianas nas alturas, substituindo os velhos semáforos, estradas “de ferro” com seus sinais, suas catenárias, suas estações, linhas marítimas com seus portos, seus faróis, suas balizas, ou corredores aéreos com outras tantas torres de controle.

Sem tornar completamente obsoleta essa pesada quadriculação da terra, a tecnologia das interconexões digitais parece, ao contrário, capaz de colocar em relação um extremo do planeta com o outro, prescindindo de todo suporte equivalente. Simples aparência! Pois embora a nós, seus utilizadores, não pareça mais que uma *rede de relações virtuais* que somos livres de atualizar segundo nossa fantasia, tecnicamente, essa Rede não funciona a não ser mediante a cobertura do globo por um novelo inextrincável de fios estendidos através dos continentes e até no fundo dos oceanos, verdadeira *tela de conexões físicas*. Significa isso que, com o espaço-internet, encontramos o entrelaçamento de dois regimes: seu funcionamento manipulatório, enquanto espaço-rede, pressupõe sua organização programática na forma de um espaço-tecido (no sentido que explicitaremos logo). Mas sabendo tornar invisível sua armadura de fibras e nós, enterrando seus cabos e ocultando o melhor possível suas antenas de transmissão (no mais alto das torres das igrejas, se necessário), dissimula tão bem a geografia de seus suportes que parece ignorar as distâncias, a espessura do mundo. Até nos fazer esquecer que entre aqui e aí, entre você e eu, onde quer que esteja, há – há ainda – “espaço”.

Isso não é inteiramente novo. Já enquanto utilizadores das redes mais tradicionais – ferroviárias e aéreas em particular –, tendemos a suspender a concretude da extensão espacial. Todas as janelas fechadas, o computador nos joelhos ou o *tablet* na mão, só importa, durante a viagem, a hora da partida e o ponto de chegada. Entre os dois, uma duração suspensa, um espaço exterior borrado, deliberadamente não vivido e, nesse sentido, já “virtualizado”. A Rede só extrapola a mesma tendência ao espaço inteiro de nossas comunicações, além do deslocamento físico do viajante.

Retêm-se geralmente somente as comodidades decorrentes: graças à densidade da Rede e à quase instantaneidade das transmissões, tudo parece a nosso alcance, qualquer informação, qualquer pessoa sendo acessível por um simples clic. A própria extensão que nos tenha inexoravelmente separado uns dos outros desde sempre (mas que também, em compensação, ao menos protegia nossa intimidade) parece abolida. Nada mais prático! Resulta, todavia, que, ao estar presentes até no outro extremo do mundo através de todo tipo de sites, as referências do senso comum se borram, a começar por aquelas mais elementares que nos servem para distinguir o aqui do acolá e o próximo do distante.

De modo tal que, por assim dizer, não estamos afinal em parte alguma: o espaço digital exclui, subjetivamente, qualquer forma de ancoragem.

Para quem segue dando valor a sua colocação, habitual ou circunstancial, numa paisagem dada enquanto dimensão constitutiva do sentido de seu próprio ser-no-mundo, tal apagamento do sentimento de espacialidade ligado à experiência do mundo de todos os dias representa uma perda que nada pode compensar. Isso dito, é verdade que, além das preferências ideológicas de cada um na matéria, esse espaço onde todo mundo tem um endereço e ninguém uma localização, continua sendo, semioticamente falando, *um espaço* – um entre outros – nem mais nem menos que o “espaço empírico” dos bons e velhos tempos. Sem, portanto, atribuir indevidamente a esse último um estatuto privilegiado sob o simples pretexto que tem sido, como diz a canção, “o doce país de nossa infância”, é permitido perguntarmos se deixá-lo para nos instalarmos naquele da pura junção – o “de papel”, pressuposto por nossos modelos narrativos ou aquele, *on line*, da Internet – seja ainda viver *na terra*.

O Tecido

Para retornar sobre a terra, retomemos o começo: o mundo como “tecido”.

Olhar o mundo sob essa perspectiva é fazer nascer um espaço “tecido” pela conexão das coisas entre si. Contrariamente à rede, cujo desenvolvimento produz um mundo no qual a descontinuidade, embora permanecendo pressuposta, em breve não será mais, senão uma vaga lembrança, a meta que acompanha a visão do mundo como tecido é a de conhecer e dominar o real na sua *continuidade*. O espaço cessa, pois, de ser esse nada em que está a ponto de se transformar aos olhos dos navegadores da Internet e vai, ao contrário, se apresentar, enquanto positividade, como a realidade de um mundo-objeto palpável que se espalha diante de nós.

Pode-se designá-lo como o *espaço operacional do domínio sobre as coisas*.

A sua forma varia de uma cultura e de uma época a outra – o espaço de Galileu não era mais o de Aristóteles, e o nosso, evidentemente, é também diferente. Com efeito, a forma que adota depende do conhecimento que se tem (ou se crê ter) tanto dos elementos que compõem o tecido do mundo, quanto das regularidades que regem suas relações e do grau de domínio prático que se pôde adquirir no seu manejo, quer seja por fins “desinteressados” ou em vista de sua exploração. Tratando-se de um espaço que se configura, portanto, mediante a experiência das coisas mesmas e das relações que elas entretêm, o regime de sentido correspondente não pode mais ser o da “junção” entre sujeitos mediante o intercâmbio de objetos em circulação numa rede de comunicações.

Não queremos dizer que as próprias coisas não possam também estar “juntas”. Obviamente, podem perfeitamente estar tanto conjuntas umas às outras (reunidas) ou a si mesmas (isto é, “inteiras”, como um cavalo “inteiro”), quanto disjuntas

umas das outras (separadas) ou de si mesmas (fragmentadas). E *justapor* ou *superpor* dois objetos, *a fortiori*, *enlaçá-los*, *amarrá-los*, *parafusá-los*, *soldá-los* um no outro, ou *colar* um objeto cujas partes foram separadas é, não menos evidentemente, proceder a operações “conjuntivas”, da mesma forma que *arrancar*, *destacar* um coisa de outra ou *extraí-la* (como o carro da garagem ou a criança do ventre da mãe) ou *quebrar*, *rasgar*, *cortar* (o pão ou a cabeça do condenado) é “disjuntivo”. – Mas num sentido completamente outro que acima! As conjunções e as disjunções das quais agora se trata se definem como operações efetuadas num espaço empírico e em relação com elementos dotados de propriedades materiais precisas, das quais depende a possibilidade mesma de exercer sobre elas nosso domínio (nossa “*prise*”), em particular de um ponto de vista quantitativo, unindo- ou reunindo-as, dividindo- ou separando-as.

Já que isso não tem nada a ver com o “fazer juntivo” definido como transferência de objetos de valor entre sujeitos, é necessário nesse ponto conceber uma nova sintaxe. A que propomos está centrada em torno das noções de *operação* e de *domínio*. Sublinhamos que se trata de adicionar essas noções às de manipulação e de junção, e não de substituí-las como se permitissem melhor dar conta das “mesmas” coisas, ao passo que se trata de outras. Nosso objetivo, de fato, é completar a panóplia de instrumentos conceptuais de que já dispomos, a fim de poder analisar uma dimensão do sentido e um gênero de interação – e, por conseguinte, também um regime de espaço – que a problemática juntiva clássica não permite tratar de maneira satisfatória.

A esse respeito, é interessante comparar dois livros de um dos principais especialistas no assunto, Manar Hammad: *Lire l'espace* (2006) e seu mais recente *Palmyre* (2010). O primeiro constrói o espaço na perspectiva da junção, no sentido do esquema narrativo *standard*. Por exemplo, se, numa sala de seminário (objeto de um dos capítulos), a cabeceira da mesa confere uma particular “autoridade”, é porque “conjunge” aquele que a ocupa com um “valor modal” diferente dos outros lugares: a geografia das posições disponíveis traduz, no plano da expressão espacial, uma distribuição convencional do “poder”, do “saber” e dos “deveres”, contribuindo deste modo à estabilidade das relações hierárquicas entre participantes. Isso nos reconduz, portanto, à problemática da rede: topologicamente modalizados e posicionalmente modalizadores, os dispositivos espaciais significam enquanto suportes de manipulações intersubjetivas.

Palmyre, em contrapartida, trata da dimensão propriamente *operacional* que representa, a nosso ver, uma das duas faces de uma problemática semiótica da materialidade – a outra face sendo a abordagem da dimensão *sensível*, isto é, plástica ou “estésica”². De fato, com *Palmyre*, o espaço que vemos ganhar forma não mais é

² Deste ponto de vista, o percurso de Manar Hammad se distingue daquele seguido por Jean-Marie Floch no mesmo domínio. A partir da perspectiva modal inicialmente comum a ambos, o primeiro orientou-se rumo à dimensão “operacional” (para nós, a das “programações” que regem as relações entre elementos num espaço “tecido”), enquanto Floch, sobretudo nos últimos anos de sua vida, tornou-se em direção à exploração da dimensão “sensível” (ou seja, dos “ajustamentos” que prevalem num espaço do tipo “voluta”). Cf., pela abordagem modal de J.-M. Floch, “La génération d’un espace commercial” (1987) e, pela vertente sensível, id., *Une lecture de “Tintin au Tibet”* (1997).

uma rede de figuras actanciais, mas o tecido de um mundo concreto, feito de areia, pedra e sal, com cursos de água e plantas, caminhos, relevo, e um clima. A partir da análise dos restos da cidade antiga, o estudo mostra que, mesmo se são homens que a construíram e a transformaram em função de motivações religiosas, econômicas, políticas ou militares, eles não o fizeram senão tirando partido de uma lógica primeira, de ordem pragmática, que os ultrapassa: a da força das coisas mesmas. Dessa lógica resultam “mecanismos” que regulam rigorosamente – que “programam” — as interações entre os elementos com os quais os homens fabricam seu ambiente. As necrópoles, por exemplo, que “procuram todas a água”, “atraem” sistematicamente as muralhas defensivas, “rejeitando” os pomares do oásis. O próprio modo como cada um desses elementos exerce uma forma particular de domínio sobre aqueles que o circundam permite aos construtores utilizá-los como verdadeiros *operadores* a sua disposição. Da densidade e da força desses vínculos resulta a forma cambiante do “tecido urbano”.

A partir daí, podemos precisar em que sentido se deve entender a ideia de *continuidade* que associamos à de espaço-tecido, visto como campo operacional. “Contínuo” não pode significar ausência de articulação entre componentes, pois o mundo da experiência empírica não nos é perceptível, nem ganha sentido e nem se oferece concretamente a nosso domínio a não ser em razão de diferenças que permitam discernir os elementos pertinentes em relação com uma prática determinada. Quer se trate de ruínas urbanas a interpretar, dos lugares repartidos dentro de uma sala, das vitrines que perscruta o amator de *shopping*, ou ainda, numa ordem completamente diferente, das profundezas do corpo que um cirurgião explora com a ajuda de sondas, o espaço operacional de nossas investigações e de nossos atos materiais se apresenta sempre, e ao mesmo tempo, como *diversificado* e *pleno*. Tecido tingido ou continuidade modulada, a diversidade dos elementos que o enchem se torna unidade a partir do momento em que o tomamos como plano sobre o qual operar.

Como num quadro de interior holandês onde, entre dois objetos, não há nunca “nada” – inclusive a brancura de um muro produz sentido –, é um espaço onde toda coisa se justapõe a uma outra qualquer e da qual difere. Não importa o fato de que os elementos que preenchem a cena possam ora parecer comprimidos uns contra os outros até se sufocarem como num Vuillard, ora ficar esparsos como numa tela de Boudin onde a primazia pertence a um fundo sobre o qual se destacam somente aqui e ali algumas silhuetas. Porque esse fundo é então, ele mesmo, positivamente, “alguma coisa” – céu, mar ou praia –, justo o suficiente para que, do ponto de vista do espectador, se tratasse ainda, globalmente e semanticamente, de um *contínuo* no sentido de que, borda a borda, tudo ali é juntivo, e significativo.

Daí o fato de que a continuidade que caracteriza esse tipo de espaço se deixe captar também num outro plano, mais abstrato. Ver o mundo como um tecido de coisas contíguas é efetivamente, ao mesmo tempo, compreendê-lo como um tecido de *relações* constantes:

como um mundo uno, não somente sem solução de continuidade, mas também onde, mais profundamente, “tudo se sustenta” porque “uma coisa após outra” tudo tem “*prise*” sobre tudo. Do infinitamente grande ao infinitamente pequeno, o universo aparece como uma única imensa isotopia intimamente articulada, como um “espaço de espaços”³, no qual cada elemento, ao mesmo tempo que oferece regularidades específicas em seu próprio nível, interage tanto com o que contém quanto com o que o engloba.

Desse ponto de vista, o “tecido” constitui o elemento de toda *análise*. Submeter ao que se chama uma análise um objeto tal como um espaço urbano ou um céu estrelado, a “cena política” ou a “paisagem midiática” de um país, ou inclusive um texto (eventualmente rebatizado pela ocasião “espaço textual”), é primeiramente formular a hipótese de que, embora tais objetos apresentem diversidades em superfície (e, nesse sentido, pareçam descontínuos), constituem um todo (e, nesse sentido, um *continuum*). Num segundo momento, é mudar de escala para prestar atenção aos elementos discretos (isto é, descontínuos) que compõem o objeto considerado, recortá-los e descrevê-los um a um. Enfim, mudando novamente de escala, é depreender relações que venham fazer aparecer entre esses constituintes uma lógica capaz de dar conta da coesão do conjunto. Isso pode consistir em explicar o que faz a unidade funcional do todo (em termos estáticos, sua necessidade, e em termos processuais, a previsibilidade de seu comportamento), ou em compreender o que faz sua unidade estrutural (isto é, o que determina seu sentido e, se for o caso, seu valor, por exemplo, estético). Tais são as formas do que entendemos por “continuidade” no plano do inteligível.

Não há, portanto, nada de surpreendente no fato de que, sob esse regime de construção do “espaço”, a *programação* se imponha como forma de interação privilegiada. Ela, com efeito, consiste na operacionalização do saber, teórico ou prático, de que se dispõe relativamente às relações constantes, aos mecanismos, às cadeias de causalidade – aos “programas” – que governam a maneira previsível com que os elementos do tecido contínuo do mundo interagem entre si na escala onde se quer atuar.

A Voluta

Passando de uma a outra das duas configurações que acabamos de examinar, o espaço, por assim dizer, mudou de lugar. Enquanto, na ótica da rede, se apresentava como um vazio pressuposto *entre* os sujeitos, sua reconfiguração enquanto tecido teve por efeito o instalá-lo *na frente* deles, sob a aparência de uma superfície saturada de elementos, ou de um volume denso. Mas a despeito dessa diferença, ambas as perspectivas conferem-lhe o estatuto de uma realidade que é possível conceber, por assim dizer, de cima, ou olhar a distância. Isso apesar do fato de que, segundo outro ponto de vista, possamos considerar

³ Expressão de P. Jevsejevas, “*Bookstore spaces*”, in *As Interações sensíveis* (OLIVEIRA, org, 2013).

que os sujeitos que pensam ou olham “o espaço” assim, de fora, como um dado exterior e separado, estão eles mesmos incluídos “dentro” dele, fazem “parte” dele.

Deixemos pelo momento a questão de saber o que pode significar exatamente estar “no” espaço para observar somente que, ao fazer dele, seja um suporte para a circulação de objetos e mensagens, seja um terreno sobre o qual operar, dão-se as condições epistêmicas necessárias para o desenvolvimento da forma de ação “racional” e “positiva” que tudo, nas nossas sociedades obcecadas pela produtividade e a rentabilidade, incita a privilegiar por sua eficácia. Sem essa distância objetivante, nem conhecimento científico, nem domesticação da natureza teriam sido possíveis, nem *a fortiori* nenhuma “conquista do espaço” e nem mesmo, talvez, a descoberta da América. Mas essa não é, contudo, a única postura epistemológica possível, a única e exclusiva maneira pensável de estar-no-mundo, e nada diz que seja a mais vivível em termos de “qualidade de vida”. Nem de um ponto de vista antropológico, como disso se dá conta quando se volta o olhar em direção a outras sociedades ou mesmo em direção a nossa, se avaliá-la do ponto de vista da experiência individual vivida. Em suma, outras posturas existem.

São elas que vamos considerar agora, dando às duas configurações que seguem, a *voluta* e depois o *abismo*, a mesma importância que às duas precedentes. Que se nos objete que elas remetem somente a sonhos de esteta, de poeta ou de místico, que elas possam ser tidas como marginais e ultrapassadas, talvez mesmo decretadas insalubres (como as volutas da fumaça de tabaco), isso seria pouco surpreendente no contexto atual. Retomemos, contudo, o fio de nosso percurso. Do “contínuo”, de que acabamos de nos ocupar, passemos a sua negação, o “não-contínuo”.

Aí se encontra o que batizaremos o *espaço experimentado do movimento dos corpos*.

Nós lhe demos como emblema a *voluta*, forma genérica reconhecível em planos e em contextos extremamente diversos: nas espirais de pedra esculpida que ornaram o capitel de colunas dos templos gregos e a cornija das igrejas barrocas; na onda que, nascendo da maré nas proximidades da costa, arrebenta durante alguns instantes e vai ali se quebrar; no vôo azul que sai de seu cigarro ou de meu cachimbo quando, permitido ou não, temos o prazer de acendê-los; nas figuras incessantemente mutantes que, de um extremo a outro do céu, desenha a revoada rodopiante do bando de andorinhas ou, nos trópicos, a nuvem de poeira e de folhas arrancadas pelo vendaval; nos percursos intimamente entremeados que delineiam na cena da ópera a bailarina e seu parceiro, ou, em meio à arena, os passos entrelaçados do touro e do toureiro.

Para simbolizar espacialmente a relação que une os interactantes no quadro do regime de *ajustamento*, retivemos num primeiro momento não a figura da *voluta*, mas a do *entrelaçamento*. Ela também evoca adequadamente o tipo de coordenação dinâmica que articula o *fazer junto*, ao mesmo tempo concomitante e recíproco, de dois ou mais parceiros (ou adversários) em movimento, onde cada um sente o sentir do outro (ou dos outros) mediante uma relação direta, corpo a corpo, e partilha (por contágio)

suas emoções, seu ritmo, sua *hexis* mesma. E a voluta não é ela mesma frequentemente composta, justamente, por entrelaçamentos? Encontrar-se-ia, em particular em Roger Caillois (1976), muitos exemplos extraídos tanto do reino mineral quanto do vegetal e animal.

Em todos os casos desse gênero, qualquer coisa se enovela sobre si, se desenrola e se desprega. Pode ser uma matéria inorgânica, trabalhada pelo homem (como a pedra) ou não (como a fumaça), ou uma matéria viva – corpos humanos (os dos dançarinos), ou de animais (os pássaros) –, ou ainda uma combinação de elementos provenientes de mais de uma dessas ordens. Resulta sempre, como observa Paul Valéry a propósito da *concha*, uma figura notável, nesse sentido que, por sua “graça rodopiante”, “se destaca da desordem ordinária do conjunto das coisas sensíveis” (1957, pp. 889 e 887). Forma autossuficiente enrolada sobre si mesma e dando a impressão que está se realizando plenamente pelo jogo de seus próprios constituintes, a voluta, de fato, “se destaca” do resto, como se ela se emancipasse da contiguidade que vincula as outras coisas umas às outras. Ao se destacar, ela rompe abruptamente a continuidade, a dis-junge e instaura um espaço doravante *não-contínuo*. Criando localmente um micro-espaço mais notável que o ambiente que lhe serve de fundo – uma ilha de sentido autônomo ou, para parafrasear Valéry, uma “ordem extraordinária” –, ela quebra a monotonia do tecido e introduz uma zona crítica carregada de um excedente de valor.

Mas uma voluta não é somente graça, isto é, um êxito estético. Ela também exerce uma pregnância *estésica* pelo fato de que é *movimento*. Mesmo esculpida na pedra, portanto perfeitamente estática, constitui, por sua forma “espiralada”, a figuração sensível de uma rotação que vai se processando. Isso ainda mais fortemente quando se vê que é o efeito de algum processo interacional em ato, como é o caso da espiral de fumaça ou daquela que traçam os bailarinos. No que concerne o efeito produzido para quem olha os entrelaçamentos de formas que então se desenham no ar ou na cena, pouco importa que os círculos da fumaça sejam fenômenos físicos programados (pelas leis da mecânica dos fluidos) enquanto que os círculos de pernas dos dançarinos são o fruto de ajustamentos entre parceiros esteticamente em harmonia. Pois, já notamos a propósito da Internet, o regime interacional de que depende a produção de uma configuração espacial específica não predetermina o regime suscetível de presidir sua recepção e seu uso. O fato de que a “Rede”, para os engenheiros e técnicos que a fazem funcionar (e mesmo para nós analistas), se reduza a um tecido programado não impede – ao contrário torna possível – que, aos olhos de seus utilizadores, se apresente com as características de uma quase imaterial rede manipulatória.

Da mesma forma, o processo da geração de uma voluta por ajustamentos não predetermina o regime segundo o qual ela será apreendida. Será ao contrário sempre possível oscilar entre duas atitudes opostas. Uns poderão seguir pelo olhar seu movimento e procurar ler a maneira com que se desenvolve – o que remeteria à perspectiva anterior que fazia do mundo um tecido observável, legível a distância, já pronto para servir

de campo operacional: é desse modo que os astrônomos perscrutam as órbitas dos corpos celestes. Outros, em vez disso, deixar-se-ão captar pela pregnância do movimento que a anima na sua giração, até, segundo uma expressão de Gaston Bachelard, *viver sua dinâmica*, “vivê-la integralmente, internamente” por uma “participação realmente ativa” que o autor se diz tentado a denominar “*indução*”(1943, p.16).

De um “finalismo prático”, acrescenta Bachelard, se passa então a um “finalismo poético” – oposição que traduzimos semioticamente interdefinindo dois “usos do mundo” distintos: de um lado a *utilização*, objetivante; de outro a *prática*, participante. Passar da primeira à segunda é cessar de enxergar o mundo como um espaço de vocação funcional e operacional, estruturado a partir da vista e destinado a futuras explorações programadas. No oposto, é dar-se “corpo e alma” ao espaço enquanto imediatamente experimentado, a um espaço que, “pela intimidade do real, pode levantar nosso ser íntimo” (*idem*) através de práticas esteticamente ajustadas à *dinâmica do outro*, qualquer que seja ele. O espaço *voluta* se torna, assim, o espaço do corpo próprio.

Derivados da mesma raiz latina que *voluta*, o inglês *involve* e o português *envolver* exprimem essa ligação entre a figura espacial e dinâmica de um movimento turbilhonar e a ideia de um comprometimento do sujeito imbricado, emaranhado, implicado num processo interacional. O fato de que esses verbos não tenham equivalente direto em francês não impede o desenvolvimento, num plano mais profundo que o da língua, de configurações que pertencem ao mesmo imaginário espacial enquanto dimensão constitutiva da “*subjetividade*”. Um exemplo se encontra em uma passagem conhecida de *Em busca do tempo perdido* – o “balé” dos campanários de Martinville – que temos tido ocasião de confrontar com outra descrição espacial, não menos célebre, a de um pôr do sol por Lévi-Strauss (PROUST, 1955, p. 179-182; LÉVI-STRAUSS, 1955, p. 54-61). Dessa comparação retomaremos uns elementos para mostrar como o processo vivido da formação de um espaço-*voluta*, ilustrado pelo texto de Proust, contrasta com os princípios de construção do espaço-tecido.

Na página de Lévi-Strauss, o objeto descrito apresenta-se à maneira de um espetáculo exposto numa cena de teatro. As nuvens, o sol, todo tipo de formas e de cores aparecem e se deslocam diante do olhar do espectador, ponto de referência fixo, enquanto o mundo-objeto, indiferente à presença desse observador, se estende diante dele, à maneira característica do “tecido”. O sistema perceptivo, e perspectivo, traduz uma concepção clássica, pré-einsteiniana se assim se pode dizer, da relação sujeito-objeto na observação científica. Ao contrário, como por aplicação de uma teoria da relatividade *avant la lettre*, o texto de Proust descreve um jogo de esconde-esconde, no qual, entre Marcel, o narrador-observador, e os elementos da paisagem, o sentido nasce da interação dinâmica que os envolve um e outros numa relação de dependência mútua. Esse entrelaçamento – essa *voluta* – que se desenha na dança entre o observador e o que ele observa (como se os campanários que ele olha também o olhassem) tem por efeito metamorfosear o espaço-tempo mensurável,

estável e linear do texto precedente em um meio de densidade variável, que oferece aqui resistências e ali “buracos”, um pouco à maneira das variações de tensão, no avião, em que de repente se sente a aeronave “cair” como se por falta de sustentação no ar: um espaço “anisótropo”⁴.

O que se destaca dessa confrontação é que os dispositivos espaciais, por mais que possam parecer imediatamente falantes no plano da experiência empírica, não adquirem significação senão em função de princípios de construção específicos que levam a construir “espaços” radicalmente diferentes, uns com caráter relativista, descentrado, imanentista, interacionista (ou seja, do tipo *voluta*), outros do tipo logocêntrico (segundo o modelo do tecido). Na escala das ciências do universo, é possível que as “volutas” da teoria da relatividade tenham, sob certo ângulo, tornado caduco o “tecido” da física de Newton. Esse não é o caso nas ciências sociais. Tomando como objeto de modelização não as coisas mesmas, mas os modos antropológicamente atestados de construir o mundo enquanto universo de sentido, nossas disciplinas humanas não têm que escolher entre teorias sucessivas ou coexistentes, mas analisá-las todas, na esperança de compreender como, na sua diversidade, elas se articulam umas às outras enquanto formas de inteligibilidade. Contudo, isso não impede que, especificamente a propósito do conceito de “espaço”, o campo da pesquisa semiótica seja hoje, guardadas as devidas proporções, o lugar de uma confrontação comparável à que levou a transformar a Física.

A uma problemática do espaço que continua atrelada à tradicional perspectiva “textual”, se superpõe doravante uma abordagem mais vizinha da perspectiva fenomenológica, que se pode qualificar de “modular”⁵. Ora, assim como o *texto*, visto como um e linear, constitui metodologicamente (e não somente do ponto de vista etimológico) uma das formas por excelência do *tecido*, a “modulação”, a “modularidade” e o *módulo* podem ser considerados como uma tradução nocional da ideia de *voluta*. Isto confirma a grande generalidade dessas figuras que, como se vê, estruturam inclusive o “espaço” de nosso imaginário teórico. Mas ao mesmo tempo, indica a necessidade de uma metateoria, ou de uma semiótica ampliada, cuja tarefa seria repensar, no plano epistemológico, nossos próprios regimes de construção do sentido da espacialidade.

O Abismo

Em *O espaço do sonho*, magnífico livro das antigas edições Phébus que apresenta “mil anos de pintura chinesa”, encontram-se muitas vistas de montanhas às quais o autor, François Cheng, aplica essa expressão: “à beira do abismo” (CHENG, 1980). É o caso especialmente a propósito de uma obra de Hung Jen (1610-1663), “Os pinheiros dos cimos” (museu de Xangai):

⁴ Termo utilizado por Jacques Geninasca (1997) para qualificar de um modo geral a forma de espaço própria aos universos de sentido com caráter “poético”.

⁵ Cf. também J. Geninasca (*idem*).

Vertigem das alturas. O sábio, adverte Chuang-Tsu, deve poder dançar no topo das rochas mais escarpadas. O Vazio para ele não é uma entidade hostil que convida à queda, mas muito mais o lugar necessário, “aberto”, de toda assunção. Daí que se explica o singular poder de atração dessas construções “à beira do abismo” tão frequentemente utilizadas pelos pintores – desde a época dos Sung do Sul sobretudo. A paisagem, sem começo nem fim, não é aqui mais que um “instante” arbitrariamente isolado entre dois infinitos que se abrem sobre o mesmo Vazio. Espaço repentinamente transformado em Tempo, Tempo bruscamente cristalizado em extensão: imagem de uma perfeição “suspensa”, em perpétuo estado de realização⁶.

Não se poderia dizer melhor. Mas se o texto nos fala, não será porque, antes mesmo de lê-lo, aquilo de que fala já nos era familiar? Não a pintura da qual se trata, pois podemos jamais tê-la visto, mas a experiência da qual o autor nos diz que ela fala: a de um espaço *no qual*, dessa vez sem dúvida alguma, *estamos*, ou em todo caso onde poderíamos nos encontrar, dado que alturas e rochas escarpadas fazem parte do mundo empírico que nós habitamos – mas ao mesmo tempo a experiência inaudita de um espaço percebido como “sem começo nem fim” e que, portanto, não podemos, propriamente falando, nem nos representar, nem mesmo pensar. “Vertigem”... e, no entanto, como diz François Cheng, “assunção” desse “instante”, isto é, de um Espaço e de um Tempo suspensos “arbitrariamente” (por acidente?) “entre dois infinitos” (no éter?).

Está claro que essas são matérias para discussão filosófica antes que semiótica! Tentemos, porém, aclará-las.

Se, conforme nossa hipótese, as unidades que descrevemos, isto é, os quatro “regimes de espaço” formam sistema, deve ser possível deduzir formalmente as características do quarto a partir das definições que demos aos três precedentes. É o procedimento que tentaremos seguir, de modo que a configuração espacial que colocamos sob o título de “abismo” deveria pouco a pouco se desenhar por contraste. E, dado que “Os pinheiros dos cimos”, tanto quanto seu comentário, nos parecem remeter exemplarmente a esse regime, vamos nos servir deles como uma espécie de *corpus* de referência.

Em relação com a categoria “contínuo” *versus* “descontínuo” que fundamenta toda nossa tentativa de modelização, a figura do abismo se coloca do mesmo lado que a *voluta*, por oposição à *rede* e ao *tecido*. Encontramo-nos, em outras palavras, em presença de dois meta-espacos ideológicos distintos. Um se caracteriza pela valorização do polo positivo da categoria, seja pela atualização do *contínuo* sob a forma de um espaço pleno e saturado, à maneira do tecido, seja, à maneira da rede, pela *negação das discontinuidades* que separam os sujeitos comunicantes, criando um espaço “virtual” e desencarnado. Inversamente, as duas outras figuras tematizam o descontínuo, também elas em dois graus diferentes: enquanto que a *voluta*, rompendo a monotonia do tecido, instaura diversas

⁶ Em francês, “état d’accomplissement”. Esse substantivo, que envolve a idéia de plenitude no modo como um processo, ou um sujeito, concretiza suas potencialidades, não tem equivalente exato em português. (NT)

formas de *não continuidade*, com o abismo é uma radical *descontinuidade* que se impõe: “entre dois infinitos que se abrem sobre o mesmo Vazio” paira um mundo sem amarras, “imagem suspensa”, “instante isolado”.

Como indica o texto de François Cheng, essa descontinuidade pode ser valorizada em dois sentidos opostos. Tudo depende de ser “sábio”, ou não.

Em primeiro lugar, num sentido disfórico: em geral, não se “dança” “no topo dos rochas”. O sentimento ordinário seria, antes, o da “vertigem”. Porque, contrariamente às estradas da planície, traçadas no tecido do mundo, tanto quanto aos fios que ligam os pontos da rede, aqui, nas alturas, os caminhos não levam a parte alguma. “Escarpações”, se interrompem bruscamente, deixando o viajante de toda parte em presença de uma “entidade hostil”: “o Vazio”. Vertigem do corpo, conseqüentemente. Mas também vertigem da razão, porque a mesma oposição entre formas de espaço atua igualmente nesse plano. Face ao mundo visto como tecido, a contiguidade das coisas convidava, e mais ainda autorizava (por um esforço de análise face a relações inteligíveis) a descobrir um sentido ou, ao menos, algumas regularidades na sua distribuição espacial. Face ao abismo, ao contrário, a razão explicativa encontra seu limite. A racionalidade do real – o necessário – dá lugar ao contingente e ao “arbitrário”: vertigem propriamente *existencial* que, enquanto tal, não depende da altitude!

Disso testemunham a sua maneira – ironicamente – essas reflexões de dois filósofos das planícies:

Assim, nosso mundo não é senão um ponto no conjunto das coisas – e o universo impenetrável a nosso conhecimento, uma porção de uma infinidade de universos [...]. Parecia-lhes estar em um balão, à noite, com um frio glacial, levados num curso sem fim em direção a um abismo sem fundo – e sem nada ao redor deles além do inapreensível, do imóvel, do eterno. Era forte demais. Renunciaram-no (FLAUBERT, 1952, pp. 902-903).

Mas o sábio, precisamente, não renuncia. O “abismo sem fundo” é a seus olhos, positivamente, “o lugar necessário, ‘aberto’, de toda *assunção*”. O contexto exclui considerar esse último termo em sua acepção religiosa (“elevação miraculosa da santa virgem ao céu pelos anjos”, diz o dicionário) e nos leva a compreendê-lo em seu sentido “filosófico”, como o gesto de “assumir”, de “encarregar-se”. Por essa razão, a presente configuração remete ao que chamamos, por um termo quase sinônimo, o regime de *assentimento*: o sujeito consente à incerteza da sorte, ao caráter imotivado do que é (ou aleatório do que advém), assume a impenetrabilidade dos fenômenos com relação ao nosso entendimento, e a possibilidade mesma do não sentido.

Está claro que todos os sábios visionários dessa forma de espaço não residem na China. Claudel por exemplo, embora somente tenha passado por lá, parece-nos exprimir, face a uma das grandes variantes figurativas do abismo – a imensidão marinha – uma *quiesscência* comparável:

Nada senão o mar a nossa volta, nada senão isso
 que se eleva e desce!
 Basta dessa espinha constante no coração, basta
 desses dias a conta-gotas!
 Nada senão o mar eterno para sempre, e tudo ao mesmo tempo
 de um único golpe! o mar e nós estamos aí dentro! (CLAUDEL, 1957, p. 598)

Ou ainda, desse outro, que jamais foi lá:

Così tra questa
 immensità s'annega il pensiero mio:
 e il naufragar m'è dolce in questo mare.⁷

Esse espaço-abismo que está lá, esse “Vazio” no qual estamos fisicamente e “metafisicamente” presentes, é tão simplesmente aquele de nosso *estar lá*, no mundo — ao mundo, se for permitido dizer. Será que não somos suficientemente poetas para dizê-lo? Não suficientemente sábios para aceitar que estamos “nele”? Ou simplesmente ocupados demais por outras formas de espacialidade, convencionais (essas “espinhas constantes”) ou operacionais (esses “dias a conta-gotas”), para nos apercebermos que entre todos os espaços, é o único no qual não foi nossa escolha estar alojados, e o único do qual não podemos nos subtrair?

Digamos que se trata do *espaço existencial de nossa presença ao mundo*.

Eric Landowski, diretor da revista *Actes Sémiotiques*, co-diretor do Centro de Pesquisas Sociossemióticas (PUC-SP), dedica-se à construção de uma semiótica da experiência e das práticas quotidianas. Publicou em português *A sociedade refletida* (São Paulo-Campinas, Educ-Pontes, 1992), *Presenças do Outro* (São Paulo, Perspectiva, 2003), *As Interações arriscadas* (São Paulo, Estação das Letras e das Cores, 2014).

eric.landowski@sciencespo.fr

Referências

- BACHELARD, Gaston. **L'air et les songes**. Essai sur l'imagination du mouvement. Paris: Corti, 1943.
 BOUVIER, Nicolas. **L'usage du monde**. Genève: Droz, 1963.

⁷ “Assim nesta / imensidão se nega meu pensamento: / e o naufragar me é doce neste mar.” G. Leopardi (1825), in SEGRE (2004).

- CAILLOIS, Roger. **La dissymétrie, Cohérences aventureuses**. Paris: Gallimard, 1976.
- CHENG, François. **L'Espace du rêve**. Mille ans de peinture chinoise. Paris: Phébus, 1980.
- CLAUDEL, Paul, **Ballade** (1917). **Œuvre poétique**. Paris: Gallimard (Pléiade), 1957.
- FLAUBERT, Gustave. **Bouvard et Pécuchet** (1881), in **Œuvres II**. Paris: Gallimard (Pléiade), 1952.
- FLOCH, Jean-Marie. La génération d'un espace commercial, **Actes Sémiotiques**, IX, 87, 1987.
- _____. **Une lecture de Tintin au Tibet**. Paris: P.U.F., 1997.
- GENINASCA, Jacques. **La parole littéraire**. Paris: P.U.F., 1997.
- GREIMAS, Algirdas J. e Joseph Courtés. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1985.
- HAMMAD, Manar. **Lire l'espace, comprendre l'architecture**. Paris-Limoges: Geuthner-Pulim, 2006.
- _____. **Palmyre. Transformations urbaines**. Paris: Geuthner, 2010.
- JEVSEJEVAS, Paulius, "Bookstore spaces". In: OLIVEIRA, A.C. (org.) **As Interações sensíveis**, São Paulo: Estação das Letras, 2013.
- LEOPARDI, Giacomo. "L'infinito", **Idilli**, 1825.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Tropiques**. Paris: Plon, 1955.
- PROUST, Marcel. **Du côté de chez Swann**. Paris: Gallimard (Pléiade), 1955.
- SEGRE, C. **Antologia della poesia italiana**. Roma: Editoriale L'Espresso, 2004.
- VALÉRY, Paul. "L'homme et la coquille". **Œuvres I**, Paris: Gallimard (Pléiade), 1957.

Recebido em março
e aprovado em abril de 2015.